

STJ00114077

INGO WOLFGANG SARLET
LUIZ GUILHERME MARINONI
DANIEL MITIDIERO

**CURSO DE
DIREITO
CONSTITUCIONAL**

11ª edição
revista e atualizada

2022

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Daíla Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Deborah Caetano de Freitas Viadana

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
 Cintia Aparecida dos Santos
 Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
 Camilla Felix Claneli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação Desígnios Editoriais
Revisão Silvana Cobucci
Capa Deborah Mattos
Produção gráfica Marti Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-3/9410

S245c Sarlet, Ingo Wolfgang
 Curso de Direito Constitucional / Ingo Wolfgang Sarlet,
 Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero. – 11. ed. – São
 Paulo : SaraivaJur, 2022.
 1.592 p.
 ISBN 978-65-5362-182-4 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Constitucional. I. Marinoni, Luiz Guilherme.
 II. Mitidiero, Daniel. III. Título.

2022-13 CDD 342
 CDU 342

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional 342
 2. Direito constitucional 342

Data de fechamento da edição: 10-2-2022

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607550 CAE 791533

SUMÁRIO

<i>Sobre os autores</i>	5
<i>Nota à 11.ª edição</i>	9
<i>Apresentação</i>	31
PRIMEIRA PARTE	
Teoria da Constituição e do Direito Constitucional	
1. A Constituição em perspectiva histórico-evolutiva – Dos antecedentes à afirmação do constitucionalismo moderno e do assim chamado Estado Constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	35
1.1 Considerações introdutórias.....	35
1.2 O caso da Inglaterra e suas peculiaridades.....	40
1.3 Os Estados Unidos da América: a “viragem de Copérnico” da evolução constitucional.	43
1.4 O legado da experiência constitucional na França.....	47
1.5 A ampliação do constitucionalismo pelo mundo ocidental: rumo ao modelo do Estado Constitucional como paradigma universal.....	49
1.6 A Lei Fundamental da Alemanha (1949): notas sobre sua formação, evolução e conteúdo...	51
1.6.1 Precedentes e o desmantelamento da ordem constitucional pretérita por força da ditadura nacional-socialista.....	51
1.6.2 Elaboração, conteúdo e afirmação da Lei Fundamental de 1949.....	54
1.6.3 A “queda do muro”, a reunificação e a adoção da Lei Fundamental de 1949 como Constituição Federal da Alemanha.....	58
2. Classificação das constituições	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	62
3. Estrutura, funções e conteúdo das constituições	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	71
3.1 As constituições e sua estrutura.....	71
3.1.1 Considerações de caráter geral.....	71
3.1.2 O preâmbulo das constituições, com destaque para o problema de sua força jurídica na Constituição Federal de 1988.....	71
3.1.3 Disposições constitucionais permanentes.....	76
3.1.4 Disposições constitucionais transitórias.....	78

3.2	As funções da Constituição	80
3.3	O problema do conteúdo das constituições.....	85
4.	Conceito e características do direito constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	88
5.	Do poder constituinte e da mudança (reforma e mutação) constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	91
I –	Do poder constituinte	91
5.1	Notas introdutórias.....	91
5.2	O que é o poder constituinte?	92
5.2.1	Generalidades	92
5.2.2	A natureza do poder constituinte	94
5.2.3	Distinção entre poder constituinte formal e poder constituinte material.....	95
5.2.4	Características do poder constituinte	96
5.3	Quem é o titular do poder constituinte? O problema da legitimidade do poder constituinte e da Constituição	98
5.4	Formas de manifestação (expressão ou exercício) do poder constituinte.....	101
5.4.1	Aspectos introdutórios.....	101
5.4.2	As formas democráticas de exercício do poder constituinte.....	103
5.4.3	A revolução como forma da manifestação do poder constituinte	105
5.5	Limites e condicionamentos do poder constituinte?	109
II	Teoria da mudança constitucional – A reforma e a mutação constitucional	112
5.6	Generalidades e distinção entre as diversas formas de mudança constitucional: processos formais e informais (mutação constitucional).....	112
5.7	O poder de reforma da Constituição	114
5.7.1	Questões terminológicas	114
5.7.2	Natureza, características e funções do poder de reforma constitucional.....	115
5.7.3	O poder de reforma na Constituição Federal de 1988	117
5.7.3.1	A distinção entre revisão e emendas como modalidades de reforma da Constituição	117
5.7.4	Os limites da reforma constitucional	120
5.7.4.1	Considerações gerais	120
5.7.4.2	Limites formais	121
5.7.4.3	Limites circunstanciais	126
5.7.4.4	O problema dos limites materiais (as assim chamadas “cláusulas pétreas”)	129
5.7.4.4.1	Natureza e significado dos limites materiais	129
5.7.4.4.2	Espécies de limitações materiais ao poder de reforma.....	132
5.8	A assim chamada “mutação” constitucional e suas formas de manifestação: algumas aproximações.....	157
5.8.1	Considerações gerais: conceito e modalidades de mutação constitucional	157
5.8.2	Mecanismos (modos) de mutação constitucional	159
5.8.3	Limites da mutação constitucional: o problema das mutações inconstitucionais	162

6. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	166
6.1 Alguns aspectos terminológicos e conceituais.....	166
6.2 Apresentação e discussão das principais classificações das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade adotadas no Brasil.....	171
6.2.1 As posições “clássicas” e a sua gradual superação.....	171
6.3 Apreciação crítica das diferentes posições.....	180
6.4 Síntese conclusiva.....	186
7. O problema da efetividade das normas constitucionais e da força normativa da Constituição	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	192
8. A norma constitucional no “tempo” – Relações entre a Constituição e a ordem jurídica anterior	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	197
8.1 Considerações gerais.....	197
8.2 A Constituição e o direito constitucional anterior.....	198
8.2.1 A Constituição originária e a Constituição anterior.....	198
8.2.2 As emendas constitucionais e o direito constitucional (originário) anterior.....	199
8.3 A Constituição e o direito infraconstitucional anterior.....	200
9. A Constituição e as relações com o direito estrangeiro e internacional – O problema da aplicação das normas constitucionais no espaço	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	204
9.1 Considerações introdutórias.....	204
9.2 Relações entre o direito estrangeiro e a Constituição.....	205
9.3 O direito internacional e a Constituição Federal de 1988.....	209
10. Linhas mestras da interpretação constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	213
10.1 Noções gerais.....	213
10.2 Princípios da interpretação constitucional.....	217
10.2.1 O princípio da unidade da Constituição.....	217
10.2.1.1 Princípio do efeito integrador.....	218
10.2.1.2 O princípio da “concordância prática” ou da “harmonização”.....	219
10.2.1.3 A assim chamada “ponderação” (ou “balanceamento”) no campo da interpretação e aplicação da Constituição.....	220
10.2.1.4 Proporcionalidade e razoabilidade como princípios e critérios de interpretação constitucional.....	221
10.2.2 O princípio da supremacia da Constituição.....	224
10.2.2.1 O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição.....	225
10.2.2.2 O princípio da força normativa da Constituição.....	225
10.2.2.3 O princípio da interpretação (das leis) conforme à Constituição.....	226
10.2.3 O princípio da divisão de poderes e o correlato princípio (dever) da conformidade funcional: o problema da autorrestrição por parte da jurisdição constitucional e as assim chamadas “capacidades institucionais”.....	228

SEGUNDA PARTE**O Sistema Constitucional Brasileiro**

1. O constitucionalismo brasileiro em perspectiva histórico-evolutiva – Da Constituição Imperial de 1824 à assim chamada “Constituição-Cidadã” de 1988 <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	233
1.1 Os primórdios e a Carta Imperial de 1824.....	233
1.2 A Proclamação da República e a implantação da Federação: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891.....	237
1.3 A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.....	241
1.4 O Estado Novo e a Carta de 1937 (a Constituição “Polaca”).....	243
1.5 A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	245
1.6 A Constituição do Brasil de 1967 e a EC 1/1969.....	246
1.7 Breves notas sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	249
2. Dos princípios fundamentais <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	256
I – Notas introdutórias: função, classificação e eficácia dos princípios constitucionais fundamentais.....	256
II – Princípios gerais estruturantes e constitucionalmente conformadores da ordem jurídico-constitucional.....	261
2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana.....	261
2.1.1 Considerações gerais.....	261
2.1.2 Breves notas sobre a forma de positivação (reconhecimento) da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal.....	262
2.1.3 Funções da dignidade da pessoa humana na arquitetura jurídico-constitucional.....	265
2.2 Princípio do Estado Democrático e Socioambiental de Direito.....	269
2.2.1 Noções gerais.....	269
2.2.2 O princípio democrático e a soberania popular.....	271
2.2.3 O princípio do pluralismo político.....	277
2.2.4 O princípio do Estado de Direito.....	278
2.2.5 O princípio do Estado Socioambiental (a conjugação da justiça social, da realização dos direitos humanos e fundamentais sociais e da proteção do ambiente)... ..	289
2.2.6 Princípio republicano.....	293
2.2.7 O princípio federativo.....	296
2.2.8 O princípio da sustentabilidade (ou desenvolvimento sustentável).....	296
III Os objetivos fundamentais do Estado Democrático e Socioambiental/ecológico de Direito.....	299
IV – Princípios que regem as relações internacionais.....	300
3. Teoria geral dos direitos fundamentais <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	304
3.1 Considerações gerais.....	304
3.1.1 Aspectos terminológicos: direitos humanos e/ou direitos fundamentais?.....	305

3.2	Os direitos fundamentais em perspectiva histórico-evolutiva e as assim designadas dimensões (ou “gerações”) de direitos fundamentais.....	308
3.2.1	Considerações preliminares.....	308
3.2.2	A “pré-história” dos direitos fundamentais: dos primórdios à noção de direitos naturais (inatos e inalienáveis) do homem	309
3.2.3	O reconhecimento dos direitos fundamentais na esfera do direito positivo	312
3.2.3.1	Antecedentes (o período pré-constitucional).....	312
3.2.4	As assim chamadas “dimensões” (gerações?) dos direitos fundamentais: a trajetória evolutiva dos direitos fundamentais do Estado Liberal ao Estado Constitucional Socioambiental	314
3.2.4.1	Os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal (a assim chamada “primeira dimensão”).....	317
3.2.4.2	O advento do Estado Social e os direitos econômicos, sociais e culturais (a assim chamada “segunda dimensão”).....	317
3.2.5	A titularidade transindividual e os assim chamados “direitos da terceira dimensão”	319
3.2.6	Existem direitos fundamentais de quarta, quinta e sexta dimensão?	320
3.2.7	As dimensões (“gerações”) dos direitos em perspectiva crítica	323
3.3	O conceito de direitos fundamentais no sistema constitucional brasileiro.....	324
3.3.1	A dupla fundamentalidade em sentido formal e material.....	324
3.3.2	A abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais: significado e alcance da norma contida no art. 5.º, § 2.º, da CF.....	327
3.3.2.1	Noções preliminares.....	327
3.3.2.2	Classificação dos direitos fundamentais com base no critério da abertura material do catálogo constitucional	330
3.3.2.3	Direitos previstos no Título II da CF.....	335
3.3.2.4	Direitos fundamentais dispersos no texto constitucional.....	336
3.3.2.5	Direitos sediados nos tratados internacionais de direitos humanos.....	340
3.3.2.5.1	Generalidades.....	340
3.3.2.5.2	O procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal.....	342
3.3.2.5.3	O problema da hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira: direitos fundamentais sem hierarquia constitucional?	345
3.4	A dupla dimensão objetiva e subjetiva, a multifuncionalidade e a classificação dos direitos e garantias fundamentais.....	350
3.4.1	Os direitos fundamentais e sua dimensão subjetiva	350
3.4.2	A assim chamada dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	353
3.4.3	Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais na ordem constitucional	357
3.5	A titularidade dos direitos e garantias fundamentais: quem é o sujeito dos direitos?	360
3.5.1	Considerações gerais.....	360
3.5.2	A pessoa natural como titular de direitos fundamentais: a titularidade universal e sua interpretação na Constituição Federal.....	361
3.5.3	O problema da titularidade de direitos fundamentais por parte dos estrangeiros e a relevância da distinção entre estrangeiro residente e não residente.....	363

3.5.4	O problema da titularidade de direitos fundamentais nos limites da vida.....	366
3.5.5	Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais	369
3.5.6	Direitos fundamentais da natureza, em especial a titularidade de direitos por parte dos animais não humanos	372
3.6	A aplicabilidade imediata das normas de direitos e garantias fundamentais: significado e alcance do art. 5.º, § 1.º, da CF.....	374
3.7	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais	380
3.8	Particulares como destinatários dos direitos fundamentais: o problema da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas	384
3.9	Limites e restrições de direitos fundamentais	388
3.9.1	Considerações introdutórias	388
3.9.2	O âmbito de proteção dos direitos e garantias fundamentais	389
3.9.3	Os limites dos direitos fundamentais	392
3.9.4	Limites aos limites dos direitos fundamentais	396
3.9.4.1	Noções preliminares	396
3.9.4.2	A reserva legal e suas exigências.....	397
3.9.4.3	Proporcionalidade e razoabilidade como limites dos limites	401
3.9.4.4	A assim chamada garantia do núcleo essencial dos direitos fundamentais	410
4.	Direitos fundamentais em espécie	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	414
4.1	O direito à vida.....	414
4.1.1	Breve histórico: da noção de “direito natural” à consagração como direito humano e fundamental	414
4.1.2	Âmbito de proteção do direito à vida: o conceito de vida para efeitos da tutela jurídica	417
4.1.3	Relação do direito à vida com outros direitos fundamentais.....	418
4.1.4	A titularidade do direito à vida e o problema do início e fim da proteção jurídico-constitucional da vida humana	421
4.1.5	Destinatários (sujeitos passivos): órgãos estatais e particulares	424
4.1.6	O direito à vida e sua dupla dimensão objetiva e subjetiva como dever de proteção e complexo de posições subjetivas de conteúdo negativo e positivo	425
4.1.6.1	Considerações gerais	425
4.1.6.2	Dimensões subjetiva e objetiva do direito à vida	425
4.1.7	Limites das intervenções no direito à vida: uma análise a partir de alguns exemplos	427
4.1.7.1	Considerações gerais	427
4.1.7.2	Existe um direito de matar? O caso da pena de morte e de outras intervenções similares	428
4.1.7.3	A discussão em torno da legitimidade constitucional da interrupção da gravidez.....	431
4.1.7.4	O problema de um direito ao suicídio e a discussão em torno das possibilidades e limites da eutanásia	434
4.2	O direito à integridade física e psíquica	437

4.2.1	Considerações gerais.....	437
4.2.2	Direito constitucional estrangeiro e direito internacional dos direitos humanos	438
4.2.3	O direito à integridade física e psíquica na Constituição Federal.....	439
4.2.3.1	Observações gerais e relação com outros direitos fundamentais.....	439
4.2.3.2	A dupla dimensão subjetiva (negativa e positiva) e objetiva do direito à integridade física e psíquica.....	440
4.2.3.3	Titulares e destinatários.....	441
4.2.3.4	Intervenções no direito à integridade corporal, limites e restrições: a controvérsia em torno de um direito à disposição do próprio corpo.....	442
4.2.3.5	O caso da proibição da tortura, de todo e qualquer tratamento desumano e degradante, incluindo a proibição das penas cruéis.....	446
4.3	Demais direitos à identidade e integridade pessoal – O direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos especiais de personalidade.....	449
4.3.1	Os direitos fundamentais vinculados à proteção da personalidade e os contornos de seu regime jurídico-constitucional.....	449
4.3.1.1	Considerações gerais.....	449
4.3.1.2	Direito internacional dos direitos humanos e constituições estrangeiras.	453
4.4	O direito ao livre desenvolvimento da personalidade: sua função como cláusula geral e sua relação com os direitos especiais de personalidade.....	454
4.5	Contornos do regime jurídico-constitucional dos direitos de personalidade.....	456
4.6	O direito à vida privada (privacidade e intimidade).....	461
4.6.1	Considerações gerais.....	461
4.6.2	Conteúdo (âmbito de proteção) do direito à vida privada.....	462
4.6.3	Limites e restrições.....	466
4.7	A salvaguarda do sigilo fiscal e bancário.....	467
4.8	Inviolabilidade do domicílio.....	473
4.8.1	Notícia histórica e generalidades.....	473
4.8.2	Direito internacional dos direitos humanos e evolução constitucional brasileira anterior à Constituição Federal.....	474
4.8.3	Conteúdo e limites do direito à inviolabilidade do domicílio na Constituição Federal.....	476
4.9	A inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações em geral.....	483
4.10	Proteção dos dados pessoais.....	490
4.11	Os direitos à honra e à imagem.....	499
4.11.1	Considerações gerais.....	499
4.11.2	O direito à honra.....	499
4.11.3	O direito à (própria) imagem.....	503
4.12	Direitos de liberdade.....	507
4.12.1	Algumas notas sobre um direito geral de liberdade na Constituição Federal e o sistema constitucional das liberdades fundamentais.....	507
4.12.2	Liberdade de expressão.....	513
4.12.2.1	Notas introdutórias: breve mirada sobre a evolução constitucional brasileira pretérita e o direito internacional.....	513

4.12.2.2	A liberdade de expressão na Constituição Federal.....	516
4.12.3	Liberdade de consciência e de crença (liberdade religiosa).....	539
4.12.3.1	Notas introdutórias e breve mirada sobre a evolução no âmbito do direito internacional, direito constitucional estrangeiro e evolução constitucional brasileira.....	539
4.12.3.2	A liberdade religiosa e a liberdade de consciência na Constituição Federal de 1988.....	543
4.12.4	Liberdade de locomoção.....	556
4.12.4.1	Considerações gerais e reconhecimento no plano do direito internacional e direito constitucional estrangeiro.....	556
4.12.4.2	A liberdade de locomoção na evolução constitucional brasileira pretérita.....	558
4.12.5	A liberdade de locomoção na Constituição Federal.....	559
4.12.5.1	Considerações gerais.....	559
4.12.5.2	Âmbito de proteção da liberdade de locomoção: sua dimensão objetiva e subjetiva.....	560
4.12.5.3	Titulares e destinatários.....	561
4.12.5.4	Limites da liberdade de locomoção.....	562
4.12.6	O direito à informação e o direito de acesso à informação.....	564
4.12.6.1	Considerações iniciais.....	564
4.12.6.2	Conteúdo e alcance do direito à informação.....	566
4.12.6.2.1	Anotações gerais sobre o objeto do direito à informação.....	566
4.12.6.2.2	Titulares e destinatários.....	567
4.12.6.2.3	Dimensão objetiva e subjetiva (negativa e positiva).....	567
4.12.6.2.4	Limites e restrições do direito de acesso à informação.....	569
4.12.7	As garantias constitucionais relativas à prisão: o caso da prisão civil.....	573
4.12.7.1	Generalidades.....	573
4.12.7.2	A prisão civil: possibilidade e limites na Constituição Federal.....	573
4.12.7.2.1	Generalidades e evolução constitucional pretérita.....	573
4.12.7.2.2	Conteúdo e âmbito de proteção da proibição da prisão civil na Constituição Federal.....	575
4.12.7.2.3	A prisão civil no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar.....	575
4.12.7.2.4	A controvérsia em torno da prisão civil do depositário infiel.....	579
4.12.7.2.5	Liberdade de profissão.....	581
4.12.7.2.6	A liberdade de profissão na Constituição Federal.....	584
4.12.7.2.7	Liberdade de associação.....	596
4.12.7.2.8	Liberdade de reunião.....	607
4.13	Direito(s) de igualdade: direito geral de igualdade, cláusulas especiais de igualdade e políticas orientadas para a igualdade.....	620
4.13.1	Considerações introdutórias.....	620
4.13.2	Da igualdade formal à igualdade material.....	624
4.13.3	Breves notas a respeito da relação entre dignidade, liberdade e igualdade.....	626
4.13.4	Conteúdo e significado do princípio da igualdade e do(s) direito(s) de igualdade na Constituição Federal de 1988.....	627

4.13.4.1	Generalidades.....	627
4.13.4.2	Âmbito de proteção: conteúdo e alcance do princípio e do direito geral de igualdade	628
4.13.4.3	Metódica de aplicação do princípio (direito) da igualdade e efeitos de sua violação na condição de direito subjetivo	635
4.13.4.4	Igualdade, diferença e as assim chamadas “ações afirmativas” como promotoras da igualdade material e de políticas de inclusão e reconhecimento	641
4.14	Dos direitos fundamentais sociais.....	645
4.14.1	Aspectos gerais relativos aos direitos sociais como direitos fundamentais	645
4.14.1.1	Generalidades: os direitos sociais no quadro da evolução constitucional brasileira	645
4.14.2	Breves notas sobre os direitos sociais no âmbito do direito constitucional estrangeiro	649
4.14.3	Os direitos sociais como direitos fundamentais e seu regime jurídico na Constituição Federal	653
4.14.3.1	Aspectos gerais	653
4.14.3.2	Titulares e destinatários dos direitos sociais.....	658
4.14.3.3	O problema da eficácia e efetividade das normas de direitos sociais, com destaque para a controvérsia acerca da exigibilidade dos direitos sociais como direitos a prestações.....	663
4.14.3.4	O problema da proteção dos direitos sociais e o assim designado “princípio da proibição de retrocesso”.....	672
4.14.3.5	Algumas notas acerca do problema do financiamento dos direitos sociais, das “cláusulas pétreas” e as EC 94 e 95, de 2016.....	676
4.15	Dos direitos sociais em espécie	679
4.15.1	Considerações preliminares	679
4.15.2	O direito ao (e a garantia do) mínimo existencial como espécie de categoria transversal	679
4.15.3	O direito à proteção e promoção da saúde	685
4.15.4	O direito à alimentação	697
4.15.5	O direito à moradia	701
4.15.6	O direito à educação	706
4.15.7	O direito ao trabalho	719
4.15.8	O direito ao lazer.....	724
4.15.9	O direito à segurança social: previdência e assistência aos desamparados.....	725
4.15.10	O direito à proteção da maternidade, da infância, da juventude e do idoso.....	730
4.15.11	O direito ao transporte.....	737
4.15.12	O direito-dever fundamental de proteção e promoção de um meio ambiente saudável.....	741
4.15.13	O direito de acesso à Internet	753
4.16	Nacionalidade.....	757
4.16.1	Considerações introdutórias	757
4.16.2	A nacionalidade no âmbito do direito internacional, com destaque para o sistema de reconhecimento e proteção dos direitos humanos	759

4.16.3	A nacionalidade no direito constitucional estrangeiro	760
4.16.4	A nacionalidade no âmbito da evolução constitucional brasileira	761
4.16.5	O regime da nacionalidade na Constituição Federal de 1988	763
4.16.5.1	Considerações gerais: a nacionalidade como direito e garantia fundamental	763
4.16.5.2	Espécies de nacionalidade	764
4.16.5.2.1	A nacionalidade primária: o brasileiro nato.....	764
4.16.5.2.2	A nacionalidade secundária: a naturalização como forma de aquisição da nacionalidade	768
4.16.5.3	Distinções entre os brasileiros natos e os naturalizados	772
4.16.5.4	Perda e reaquisição da nacionalidade brasileira	773
4.16.5.5	O problema da assim chamada dupla nacionalidade.....	777
4.16.5.6	Um caso especial: a condição jurídico-constitucional dos cidadãos portugueses (a assim chamada quase nacionalidade).....	778
4.16.5.7	O regime jurídico do estrangeiro na Constituição Federal	780
4.16.5.7.1	Aspectos gerais.....	780
4.16.5.7.2	A exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal: as hipóteses de deportação, expulsão e extradição.....	781
4.16.5.8	As hipóteses de asilo e refúgio	789
4.16.5.8.1	O asilo	789
4.16.5.8.2	O refúgio	791
4.17	Direitos políticos.....	793
4.17.1	Considerações gerais: o significado jurídico da democracia e sua relação com os direitos políticos e os direitos fundamentais em geral	793
4.17.2	Os direitos políticos como direitos humanos e fundamentais	795
4.17.2.1	Considerações gerais	795
4.17.2.2	Os direitos políticos no plano supranacional (internacional e regional)	796
4.17.3	Os direitos políticos no constitucionalismo brasileiro	797
4.17.3.1	Constituições anteriores	797
4.17.3.2	Os direitos políticos na Constituição Federal de 1988.....	798
4.17.3.2.1	Considerações gerais: o regime jurídico-constitucional dos direitos políticos na condição de direitos fundamentais.....	798
4.17.3.2.2	O sufrágio e o direito de voto.....	803
4.17.3.2.3	A titularidade dos direitos políticos	808
4.17.3.2.4	O sufrágio passivo: condições de elegibilidade	811
4.17.3.2.5	Ainda o sufrágio passivo: as causas de inelegibilidade	814
4.17.3.2.6	Os casos de perda, suspensão e reaquisição dos direitos políticos	824
4.17.3.2.6.1	Considerações gerais	824
4.17.3.2.6.2	Perda dos direitos políticos	826
4.17.3.2.6.3	As hipóteses de suspensão dos direitos políticos	827
4.17.3.2.7	A reaquisição dos direitos políticos	834
4.17.3.2.8	A regra da anualidade em matéria eleitoral (art. 16 da CF) ..	834

4.18	Dos partidos políticos	837
4.18.1	Considerações gerais: posição e função dos partidos políticos no Estado Democrático de Direito.....	837
4.18.2	As dimensões da liberdade partidária e seus elementos estruturantes e consequências.....	841
4.18.3	Os partidos políticos no direito constitucional brasileiro pretérito.....	842
4.18.4	Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988.....	849
4.18.4.1	Anotações preliminares	849
4.18.4.2	Personalidade jurídica dos partidos políticos, sua autonomia e liberdade na CF	850
4.18.4.3	O problema da fidelidade partidária e da correlata perda do mandato .	854
4.18.5	A igualdade de oportunidades entre os partidos políticos.....	856
4.18.5.1	Aspectos gerais	856
4.18.5.2	Do financiamento dos partidos.....	858
4.18.5.3	Da propaganda eleitoral e do acesso aos meios de comunicação	860
5.	Direitos fundamentais processuais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	862
5.1	Direito fundamental ao processo justo	862
5.1.1	Introdução	862
5.1.2	Âmbito de proteção.....	864
5.1.3	Titularidade e destinatários	867
5.1.4	Eficácia.....	869
5.1.5	Conformação infraconstitucional	869
5.2	Direito fundamental à colaboração no processo	870
5.2.1	Introdução	870
5.2.2	Âmbito de proteção	873
5.3	Direito fundamental à tutela adequada e efetiva.....	874
5.3.1	Introdução	874
5.3.2	Âmbito de proteção.....	875
5.4	Direito fundamental à igualdade e à paridade de armas.....	886
5.4.1	Introdução	886
5.4.2	Âmbito de proteção.....	887
5.5	Direito fundamental ao juiz natural e ao promotor natural.....	890
5.5.1	Introdução	890
5.5.2	Âmbito de proteção.....	890
5.6	Direito fundamental ao contraditório	893
5.6.1	Introdução	893
5.6.2	Âmbito de proteção.....	893
5.7	Direito fundamental à ampla defesa	900
5.7.1	Introdução	900
5.7.2	Âmbito de proteção.....	900
5.8	Direito fundamental à prova.....	905

5.8.1	Introdução	905
5.8.2	Âmbito de proteção.....	905
5.9	Direito fundamental à publicidade.....	912
5.9.1	Introdução	912
5.9.2	Âmbito de proteção.....	912
5.10	Direito fundamental à motivação das decisões	914
5.10.1	Introdução	914
5.10.2	Âmbito de proteção	915
5.11	Direito fundamental à segurança jurídica no processo	920
5.11.1	Introdução	920
5.11.2	Âmbito de proteção.....	921
5.12	Direito à assistência jurídica integral	925
5.12.1	Introdução	925
5.12.2	Âmbito de proteção	927
5.13	Direito fundamental à duração razoável do processo.....	928
5.13.1	Introdução	928
5.13.2	Âmbito de proteção.....	929
5.14	Direito fundamental ao duplo grau de jurisdição?	932
5.14.1	Introdução	932
5.14.2	Âmbito de proteção	932
6.	Ações constitucionais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	934
6.1	<i>Habeas corpus</i>	934
6.1.1	Introdução	934
6.1.2	Âmbito de proteção.....	935
6.1.3	Titularidade	936
6.1.4	Conformação infraconstitucional	937
6.2	Mandado de segurança	939
6.2.1	Introdução	939
6.2.2	Âmbito de proteção	940
6.2.3	Titularidade	943
6.2.4	Conformação infraconstitucional	944
6.3	Mandado de injunção.....	945
6.3.1	Introdução	945
6.4	<i>Habeas data</i>	946
6.4.1	Introdução	946
6.4.2	Âmbito de proteção	946
6.4.3	Titularidade	947
6.4.4	Conformação infraconstitucional	947
6.5	Ação popular.....	948
6.5.1	Introdução	948

6.5.2	Âmbito de proteção.....	948
6.5.3	Titularidade	949
6.5.4	Conformação infraconstitucional	950
6.6	Ação civil pública	951
6.6.1	Introdução	951
6.6.2	Âmbito de proteção.....	952
6.6.3	Titularidade	953
6.6.4	Conformação infraconstitucional	954
7.	Da organização do Estado e da repartição de competências	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	956
I –	Da organização do Estado	956
7.1	O Estado Federal no âmbito da teoria e prática das formas de Estado: noções gerais e introdutórias.....	956
7.2	Elementos nucleares qualificadores do Estado Federal.....	958
7.3	O Estado Federal na Constituição de 1988	965
7.3.1	Breve notícia histórica – formas de Estado e a trajetória do Federalismo no direito constitucional brasileiro	965
7.3.2	Principais novidades: a inclusão do Município como ente federativo e o aperfeiçoamento do assim chamado “federalismo cooperativo”.....	967
7.3.3	A Federação como “cláusula pétrea” (art. 60, § 4.º, I, da CF), os assim chamados “princípios sensíveis” (art. 34, VII, da CF) e o instituto das vedações constitucionais (art. 19 da CF).....	970
7.4	O instituto da Intervenção como garantia da integridade da Federação	973
7.4.1	Noções gerais	973
7.4.2	A Intervenção nos Estados e no Distrito Federal.....	975
	7.4.2.1 Pressupostos materiais e hipóteses de cabimento.....	975
	7.4.2.2 Aspectos de ordem formal e procedimental.....	980
	7.4.2.2.1 Iniciativa do processo interventivo.....	980
	7.4.2.2.2 Competência e forma do ato interventivo.....	982
	7.4.2.2.3 Amplitude, prazo, condições e consequências da intervenção	982
	7.4.2.2.4 Do interventor e de sua responsabilidade	984
	7.4.2.2.5 Controle político e jurisdicional da intervenção.....	985
7.4.3	A intervenção nos Municípios	986
II –	Da repartição de competências.....	988
7.5	Noções gerais	988
7.6	Das competências administrativas (materiais) dos entes federativos	991
7.6.1	Aspectos gerais e competências exclusivas (indelegáveis)	991
7.6.2	Competências administrativas comuns (concorrentes).....	993
7.7	Das competências legislativas	995
7.7.1	Competências legislativas privativas da União e sua delegação	996
7.7.2	Competências legislativas dos Estados	997

7.7.3	Competências legislativas dos Municípios	998
7.7.4	Competências legislativas do Distrito Federal	999
7.8	As competências legislativas concorrentes	1000
7.8.1	Considerações gerais	1000
7.8.2	Algumas notas sobre o (problemático e controverso) conceito de normas gerais	1002
7.8.2.1	A competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal	1003
7.8.2.2	A competência suplementar dos Municípios	1005
7.8.2.3	Considerações de natureza crítica à luz do exemplo da proteção ambiental.....	1007
8.	Controle de constitucionalidade	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	1014
I –	O surgimento do controle judicial de constitucionalidade no direito comparado e a sua evolução no direito brasileiro	1014
8.1	O surgimento do controle judicial da constitucionalidade das leis nos Estados Unidos .	1014
8.1.1	Primeiras considerações	1014
8.1.2	A superioridade do <i>common law</i> sobre os atos do parlamento inglês	1015
8.1.3	A Revolução Gloriosa, de 1688, e o significado do princípio da <i>supremacy of the English Parliament</i>	1017
8.1.4	Do controle dos atos da colônia a partir do direito inglês ao <i>judicial review</i> estadunidense. Mera inversão do princípio da supremacia do parlamento pelo princípio da supremacia do Judiciário?.....	1019
8.1.5	Os significados de “supremacia do parlamento” nas revoluções inglesa e francesa	1021
8.1.6	O <i>judicial review</i> diante do princípio da separação dos poderes	1024
8.1.7	A matriz jusnaturalista da Constituição e os poderes constituinte e constituído	1030
8.1.8	O caso <i>Marbury v. Madison</i> . A doutrina <i>Marshall</i>	1031
8.1.9	Consideração histórico-crítica acerca do surgimento do sistema americano de controle difuso da constitucionalidade das leis.....	1035
8.2	A evolução do controle judicial da constitucionalidade das leis na Europa	1037
8.2.1	Primeiras considerações	1037
8.2.2	O sistema austríaco de controle de constitucionalidade	1038
8.2.3	A manutenção do controle concentrado e a expansão do modo incidental. Os Tribunais Constitucionais italiano e alemão	1041
8.2.4	Compreensão do sistema em que o juiz, por não poder decidir a questão constitucional, remete-a para análise da Corte Constitucional.....	1043
8.3	História do controle judicial de constitucionalidade brasileiro.....	1045
8.3.1	A Constituição Imperial	1045
8.3.2	A Constituição de 1891	1045
8.3.3	A Constituição de 1934	1049
8.3.4	A Constituição de 1937	1052
8.3.5	A Constituição de 1946.....	1053
8.3.6	A Constituição de 1967/1969.....	1056
8.3.7	A Constituição de 1988	1061

II – Formas de controle de constitucionalidade e tipos de inconstitucionalidade.....	1062
8.4 Das formas de controle de constitucionalidade	1062
8.4.1 Controle judicial e controle não judicial	1062
8.4.1.1 Objeto do controle judicial	1068
8.4.2 Controle preventivo e controle repressivo	1071
8.4.3 Controle concreto e controle abstrato	1073
8.4.4 Controle incidental e controle principal.....	1076
8.4.5 Controle difuso e controle concentrado	1077
8.5 As diversas faces da inconstitucionalidade	1079
8.5.1 Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.....	1079
8.5.2 Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão	1088
8.5.2.1 Primeiras considerações.....	1088
8.5.2.2 Inconstitucionalidade por ação	1090
8.5.2.3 Inconstitucionalidade por omissão.....	1090
8.5.2.3.1 Instrumentos processuais para combater a omissão inconstitucional: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1090
8.5.2.3.2 Omissão total e omissão parcial	1095
8.5.2.3.3 Norma constitucional impositiva de dever de legislar e direito fundamental carente de tutela normativa	1099
8.6 Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente	1103
8.6.1 Inconstitucionalidade superveniente ou revogação? Consequências práticas.....	1103
8.6.2 Alteração dos fatos e modificação da concepção geral acerca do direito.....	1106
8.7 Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial.....	1109
8.8 Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta	1111
III – Controle difuso de constitucionalidade	1113
8.9 A questão constitucional no processo comum	1113
8.10 A decisão no controle incidental	1114
8.11 A natureza prejudicial da questão de constitucionalidade.....	1114
8.12 Legitimados a arguir a questão constitucional no controle incidental.....	1114
8.13 O controle de constitucionalidade de ofício	1118
8.14 Da inexistência de preclusão	1121
8.15 Declaração incidental de inconstitucionalidade nos Tribunais Estaduais e Regionais Federais e no STJ.....	1122
8.15.1 A exigência de <i>quorum</i> qualificado nos Tribunais. Encaminhamento e decisão da questão constitucional	1122
8.15.2 A Súmula Vinculante 10.....	1122
8.15.3 Interpretação conforme e declaração parcial de nulidade sem redução de texto. Exclusividade do Pleno ou Órgão Especial	1124
8.15.4 Não cabimento do incidente de inconstitucionalidade.....	1125
8.15.5 Questão constitucional já decidida pelo STF	1126
8.15.6 Questão constitucional já decidida pelo Plenário ou Órgão Especial	1127

8.15.7	Declaração de inconstitucionalidade no STJ.....	1128
8.15.8	Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais.....	1131
8.15.8.1	Procedimento prévio perante o órgão fracionário.....	1131
8.15.8.2	Procedimento perante o Pleno ou o Órgão Especial.....	1132
8.16	Recurso extraordinário.....	1134
8.16.1	Recurso extraordinário.....	1134
8.16.2	Repercussão geral.....	1136
8.16.3	A imprescindibilidade de os precedentes da Suprema Corte obrigarem os juízos inferiores no sistema em que todo e qualquer juiz tem poder para controlar a constitucionalidade.....	1142
8.16.4	Os precedentes obrigatórios e a importância da fundamentação das decisões ..	1147
8.16.5	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	1150
8.16.6	A individualização dos fundamentos determinantes ou <i>ratio decidendi</i>	1153
8.16.7	A eficácia vinculante dos fundamentos determinantes no STF.....	1154
8.16.8	Eficácia temporal da revogação de precedente formado no controle incidental.	1160
8.16.8.1	A questão nos Estados Unidos.....	1160
8.16.8.2	Diferentes razões para tutelar a segurança jurídica: decisão de inconstitucionalidade e revogação de precedente constitucional.....	1165
8.16.8.3	Efeitos <i>inter partes</i> e vinculantes da decisão de inconstitucionalidade (no controle incidental) e da decisão que revoga precedente constitucional	1170
8.16.8.4	Eficácia prospectiva de decisão revogadora de precedente constitucional e de decisão proferida em controle incidental.....	1171
8.16.8.5	A função do Senado Federal.....	1175
8.17	Controle incidental na ação civil pública e na ação popular.....	1180
8.18	O problema do controle incidental da inconstitucionalidade por omissão.....	1183
8.18.1	Primeiras considerações.....	1183
8.18.2	O poder de controle difuso abarca o poder de controlar a omissão inconstitucional.....	1184
8.18.3	Situações em que a falta de lei é frequentemente suprida na prática forense.....	1185
8.18.4	A eficácia dos direitos fundamentais sobre os particulares e o controle incidental da omissão inconstitucional.....	1185
8.18.5	Os limites do juiz no suprimento da falta de lei necessária à tutela de direito fundamental. O controle da inconstitucionalidade por omissão como controle da insuficiência de tutela.....	1189
8.18.6	Controle de inconstitucionalidade por omissão à tutela de direito fundamental de natureza processual.....	1191
8.18.7	Legitimidade do raciocínio decisório no suprimento de técnica processual.....	1196
IV	– Ação direta de inconstitucionalidade.....	1197
8.19	Primeiras considerações.....	1197
8.20	Legitimidade.....	1199
8.20.1	Extensão da legitimidade, legitimados universais e especiais e capacidade para postular.....	1199
8.20.2	Legitimidade, pertinência temática e interesse de agir.....	1202

8.20.3	Governador de Estado e Assembleia Legislativa	1204
8.20.4	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.....	1205
8.20.5	Partido político.....	1206
8.20.6	Confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional.....	1207
8.21	Objeto	1213
8.22	Parâmetro de controle.....	1222
8.23	Procedimento	1225
8.24	Procedimento sumário em sentido formal.....	1232
8.25	Causa de pedir aberta.....	1235
8.26	Medida liminar	1239
8.27	<i>Amicus curiae</i>	1242
8.28	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma impugnada	1244
8.29	Da decisão	1245
8.30	Revogação da norma e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade.....	1246
V	– Ação declaratória de constitucionalidade.....	1247
8.31	Primeiras considerações	1247
8.32	Legitimidade.....	1252
8.33	Objeto e parâmetro de controle	1253
8.34	Petição inicial	1254
8.35	Controvérsia judicial relevante.....	1255
8.36	Indeferimento da petição inicial	1257
8.37	Participação no processo.....	1258
8.38	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma questionada	1258
8.39	Medida liminar e seus efeitos.....	1259
8.40	Decisão.....	1262
VI	– Efeitos das decisões de inconstitucionalidade e de constitucionalidade.....	1263
8.41	Eficácia <i>erga omnes</i>	1263
8.41.1	Eficácia <i>erga omnes</i> e coisa julgada material.....	1263
8.41.2	Decisão de constitucionalidade e possibilidade de posterior ou outra ação direta de inconstitucionalidade	1265
8.41.3	Decisão de constitucionalidade com efeitos <i>erga omnes</i> e impacto das novas circunstâncias sobre o controle difuso	1270
8.41.4	Efeitos temporais da revogação da decisão de constitucionalidade	1272
8.42	Eficácia vinculante	1273
8.42.1	Primeiras considerações.....	1273
8.42.2	Extensão objetiva	1277
8.42.3	Extensão subjetiva.....	1280
8.43	Reclamação	1283
8.44	Modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade	1289
8.45	Efeitos da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada	1301
8.45.1	Lei inconstitucional e decisão baseada em lei inconstitucional: efeitos da lei e efeitos da decisão judicial	1301

8.45.2	Incompatibilidade da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade com o sistema difuso	1308
8.45.3	Coisa julgada e segurança jurídica	1314
8.45.4	Retroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a coisa julgada	1315
8.45.5	A impugnação fundada em decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015: da retroatividade à tutela da observância das decisões e dos precedentes constitucionais	1316
8.45.6	Da ação rescisória fundada em “violação literal de lei” (art. 485, V, do CPC/1973) à ação rescisória baseada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, do CPC/2015)	1318
8.45.7	A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional.....	1322
8.45.8	Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada.....	1331
8.45.9	A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015	1332
8.45.10	O caso <i>Metabel v. União Federal</i> : a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material	1333
8.45.11	Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional.....	1336
8.45.12	Modulação de efeitos e coisa julgada.....	1337
VII	– Técnicas de decisão	1340
8.46	Inconstitucionalidade, nulidade, decisão declaratória e produção de efeitos	1340
8.47	Declaração de inconstitucionalidade total e declaração de inconstitucionalidade parcial	1344
8.48	Inconstitucionalidade por arrastamento	1345
8.49	Pronúncia de inconstitucionalidade sem declaração de nulidade	1346
8.50	Omissão parcial, pronúncia de inconstitucionalidade e isolamento de determinados efeitos	1347
8.51	Norma em trânsito para a inconstitucionalidade	1348
8.52	Interpretação conforme à Constituição	1351
8.53	Declaração parcial de nulidade sem redução de texto.....	1353
VIII	– Mandado de injunção	1354
8.54	Primeiras considerações	1354
8.55	História do mandado de injunção no STF.....	1356
8.56	Escopo do mandado de injunção	1365
8.57	Natureza mandamental?	1367
8.58	Legitimidade.....	1370
8.59	Medida liminar	1372
8.60	Pressupostos para a concessão do mandado de injunção	1375
8.60.1	Dever de legislar.....	1375
8.60.2	Mora do legislador.....	1377
8.60.3	Norma insuficiente e omissão parcial	1379
8.60.4	Norma não autoaplicável	1381

8.60.5 Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei	1381
8.61 Coisa julgada nos mandados de injunção individual e coletivo	1383
8.62 Revisão da decisão? A questão dos efeitos temporais da coisa julgada	1384
8.63 Retroatividade apenas para beneficiar.....	1384
8.64 Eficácia “natural” da coisa julgada	1385
8.65 Eficácia dos precedentes.....	1385
8.66 O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto.....	1387
IX – Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	1390
8.67 Primeiras considerações.....	1390
8.68 Escopo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1392
8.69 Objeto da omissão inconstitucional.....	1393
8.70 Legitimidade.....	1395
8.71 Procedimento	1398
8.72 Omissão parcial de inconstitucionalidade.....	1404
8.73 Medida liminar	1406
8.74 Da decisão na ação de inconstitucionalidade por omissão. Crítica.....	1409
8.75 Efeitos da decisão proferida na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Responsabilidade do Estado por omissão inconstitucional.....	1412
X – Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1419
8.76 Primeiras considerações.....	1419
8.77 Modalidades	1421
8.78 Requisitos da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1422
8.78.1 Ausência de outro meio processual capaz de sanar a lesividade de modo eficaz	1422
8.78.2 Relevância do fundamento de controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição	1424
8.79 Legitimidade.....	1425
8.80 Parâmetro de controle	1427
8.81 Objeto	1429
8.81.1 Introdução.....	1429
8.81.2 Atos do Poder Público.....	1429
8.81.3 Direito pré-constitucional	1430
8.81.4 Declaração de inconstitucionalidade de direito municipal.....	1432
8.81.5 Declaração de constitucionalidade dos direitos municipal e estadual	1433
8.81.6 Controle de ato legislativo em fase de formação	1434
8.81.7 Norma de caráter secundário.....	1437
8.81.8 Decisões judiciais e arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1438
8.81.9 A questão da omissão parcial.....	1442
8.82 Procedimento.....	1444
8.83 Medida liminar	1447
8.84 Decisão e efeitos	1449

XI – Representação interventiva	1450
8.85 Introdução	1450
8.86 Legitimidade	1452
8.87 Objeto	1454
8.88 Compreensão dos princípios sensíveis como parâmetro para a decretação da intervenção .	1456
8.89 Procedimento	1457
8.90 Medida liminar	1459
8.91 Decisão e efeitos	1461
XII – Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal	1462
8.92 Primeiras considerações	1462
8.93 Norma estadual e duplicidade de controle de constitucionalidade.....	1463
8.94 Decisão de (in)constitucionalidade de norma constitucional estadual, em face da Constituição Federal, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça	1468
8.95 Norma constitucional de reprodução e interpretação incompatível com a Constituição Federal. Cabimento de recurso extraordinário	1469
8.96 Ação de inconstitucionalidade por omissão nos Estados-membros.....	1469
8.97 Ação direta de constitucionalidade nos Estados-membros	1470
8.98 Efeitos da decisão proferida em sede de ação direta de âmbito estadual	1471
XIII – Controle de convencionalidade	1473
8.99 Introdução. Hierarquia normativa dos tratados internacionais dos direitos humanos ...	1473
8.100 Significado de supralegalidade dos tratados internacionais.....	1478
8.101 Modos de controle da convencionalidade no direito brasileiro	1479
8.102 Controle de supraconstitucionalidade	1480
8.103 O controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	1482
8.104 Objeto e parâmetro do controle de convencionalidade na Corte Interamericana.....	1488
8.105 Os efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos	1489
<i>Referências</i>	1493
<i>Outras obras dos autores</i>	1585